



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

DELIBERAÇÕES EM REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 21-08-2018

CONSTITUIÇÃO DE PARCERIA PÚBLICA ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS DE A ÁGUAS DO ALTO MINHO

PONTO 02 - Apreciação, discussão e votação da proposta de deliberação de constituição de uma parceria pública entre o Estado Português e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira – Águas do Alto-Minho, que integra os seguintes pontos e documentos: contrato de parceria pública e seus anexos; contrato de gestão e seus anexos; designação do presidente da Câmara Municipal para representação do município; autorização de subscrição pelo Município de ações da categoria “A” representativas do capital social da sociedade A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S. A; aprovar a minuta de acordo parassocial, a subscrever pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelo conjunto de municípios; determinar o início do procedimento de revisão dos regulamentos municipais dos serviços públicos de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, bem como dos regulamentos que disponham sobre a matéria das taxas e tarifas relativas àqueles serviços, e aprovar a minuta de protocolo de delegação de execução de investimentos de expansão ou reabilitação do sistema municipal de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas: -----

“Tendo em conta que os artigos 117.º, n.º 1 e 118.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelecem que o Estado e as autarquias locais articulam entre si a prossecução das respetivas atribuições, podendo, para o efeito, recorrer à delegação de competências, tendo como objetivos a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.-----

Para o efeito, o Estado e as autarquias locais podem estabelecer entre si, sem prejuízo das suas competências próprias, formas adequadas de parceria para melhor prossecução do interesse público, designadamente no domínio da prestação de serviços essenciais, como o abastecimento de água para consumo humano e o saneamento de águas residuais urbanas.-----

Considerando a necessidade de implementação do PENSAAR 2020 - Uma nova Estratégia para o Sector de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, aprovado pelo Despacho n.º 4385/2015, de 22 de abril de 2014, do Secretário de Estado do Ambiente, publicado no Diário da República n.º 84, 2.ª Série, de 30 de abril, que partindo da necessidade de reforço da sustentabilidade económico-financeira das entidades gestoras de sistemas municipais de abastecimento de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas preconiza que a “reestruturação organizacional do setor (...), nomeadamente dos serviços «em baixa» deve começar ou continuar num contexto de consenso e compromisso político alargados entre os titulares das EG, utilizando as soluções organizacionais disponíveis e já utilizadas com sucesso no âmbito do quadro legal vigente”. -----

Atendendo ao regime jurídico constante do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril de 2009, que estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais no âmbito da exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.-----

Considerando que decorre do PENSAAR 2020, bem como do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, a promoção da integração territorial mais adequada dos sistemas municipais, sem prejuízo do respeito da autonomia local, no sentido da maximização das economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama. -----

Atendendo a que a integração do ciclo urbano da água e a sua articulação com as estratégias de desenvolvimento e gestão territoriais, bem como a iniciativa “Compromisso Nacional para a Sustentabilidade dos Serviços Públicos da Água”, propugnam que seja valorizado o acesso ao financiamento comunitário a projetos que evidenciem o reforço das capacidades de realização dos investimentos e de exploração dos sistemas com eficiência, em linha com o preconizado no PENSAAR 2020. -----

Considerando que os municípios que compõem a região do Alto Minho desenvolveram nos últimos anos relevantes iniciativas relacionadas com a necessidade de resolução eficaz dos problemas de infraestruturação e gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, em particular na sequência da reunião do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima (CIM Alto Minho) de 7 de abril de 2010, que ponderando designadamente as especificidades do território, as responsabilidades com o sistema multimunicipal e aos desafios impostos por uma regulação cada vez mais exigente deliberou iniciar os procedimentos conducentes à identificação de soluções mais eficientes para os serviços de águas. -----

Dado que a celebração de uma Parceria, nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, representará para as populações dos concelhos abrangidos uma melhoria da qualidade de vida decorrente da realização de investimentos relevantes, que se traduzem no



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

incremento da universalidade, da continuidade e da qualidade do serviço, com os consequentes benefícios em termos de saúde pública e de proteção do ambiente. -----

Atendendo a que a exploração e a gestão dos serviços de águas podem ser efetuadas através de entidade do setor empresarial do Estado em que participem municípios ou associações de municípios, conforme previsão da alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril. -----

Considerando, por outro lado, na atual conjuntura económico-financeira que a instituição da Parceria se traduzirá numa racionalização e contenção de custos com os serviços municipais de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, uma vez que a gestão integrada dos mesmos oferece vantagens indiscutíveis no plano comparativo com outros modelos de gestão previstos no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, fruto das economias de escala e gama e da adoção consistente de boas práticas de gestão. -----

Atendendo a que a Parceria prevê um conjunto de investimentos reputados necessários, bem como a candidatura concertada a fundos comunitários numa perspetiva de coesão regional. -----

Considerando que a solução indicada preserva a gestão pública do serviço e a titularidade dos sistemas municipais e dos respetivos bens e infraestruturas que permanecem na propriedade dos municípios, sendo afetos temporariamente para gestão do sistema integrado e não tendo a entidade gestora mais do que a posse dos bens. -----

Tendo em conta que através do modelo de gestão proposto os municípios não perdem a capacidade de intervenção, dado que as decisões principais, como sejam a aprovação das tarifas e suas atualizações, dos planos de atividade e dos investimentos são aprovadas por uma Comissão de Parceria, na qual se encontram representados paritariamente os municípios e o Estado. -----

Atendendo a que em matéria de relações laborais, o modelo em análise não prevê a integração obrigatória dos trabalhadores autárquicos em funções nas áreas do abastecimento e saneamento, mas um processo que privilegia a vontade dos trabalhadores, em celebrar um contrato de cedência em funções públicas ou um contrato de trabalho com a empresa a constituir, em termos a concertar com as organizações representativas dos trabalhadores. -----

Uma vez que a livre escolha de uma parceria no que respeita aos serviços públicos em questão pressupõe cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido determinados, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, de serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados. -----

Considerando que se encontra acautelado que se a entidade gestora deixar de integrar o sector empresarial do Estado, nos termos dos modelos contratuais instituídos e do quadro legal comunitário aplicável, ocorre a caducidade automática dos contratos a outorgar entre os municípios e o Estado. -----

Propõe-se ao plenário da Câmara Municipal de [•], para efeitos de submissão à aprovação da Assembleia Municipal de [•], nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que delibere: -----

1) aprovar a constituição de uma Parceria Pública entre o Estado Português e o conjunto dos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, mediante a celebração dos seguintes contratos: -----

a) Contrato de Parceria Pública e seus anexos, por intermédio do qual os municípios decidem agregar os respetivos sistemas municipais num sistema territorialmente integrado designado por Sistema de Águas do Alto Minho, o qual inclui as infraestruturas e os equipamentos do município de [•] previstos no plano de investimentos, nos termos descritos no ANEXO II do dossier apenso, que faz parte integrante da presente deliberação; -----

b) Contrato de Gestão e seus anexos, que visam estabelecer os termos e os objetivos da exploração e gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho, nos termos descritos no ANEXO V do dossier apenso, que faz parte integrante da presente deliberação; -----

2) Designar o Presidente da Câmara Municipal para representação do município de [•] na outorga dos contratos suprarreferidos; -----

3) Autorizar, nos termos do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a subscrição pelo município de [•] de [•] [quantidade por extenso] ações da categoria A, representativas de € [•] [valor por extenso] do capital social da sociedade A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S. A., entidade gestora do Sistema de Águas do Alto Minho, nos termos dos estatutos que constituem o ANEXO VI do dossier apenso à presente deliberação e com os fundamentos constantes do documento enquadrador da parceria e do ANEXO IV do dossier apenso à presente deliberação, que dela fazem parte integrante; -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

4) aprovar a minuta de acordo parassocial, a subscrever pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelo conjunto de municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, nos termos descritos no ANEXO VIII do dossier apenso, que faz parte integrante da presente deliberação;-----

5) Determinar o início do procedimento de revisão dos regulamentos municipais dos serviços públicos de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, bem como dos regulamentos que disponham sobre a matéria das taxas e tarifas relativas àqueles serviços, com vista à sua harmonização com o regime previsto na lei e nos Contratos de Parceria e de Gestão em matéria de medição dos níveis de serviço, faturação e cobrança, regime tarifário e contraordenações.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de deliberação que integra os seguintes pontos e documentos: contrato de parceria pública e seus anexos; contrato de gestão e seus anexos; designação do presidente da Câmara Municipal para representação do município; autorização de subscrição pelo Município de ações da categoria “A” representativas do capital social da sociedade A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S. A; aprovar a minuta de acordo parassocial, a subscrever pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelo conjunto de municípios; determinar o início do procedimento de revisão dos regulamentos municipais dos serviços públicos de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, bem como dos regulamentos que disponham sobre a matéria das taxas e tarifas relativas àqueles serviços, e aprovar a minuta de protocolo de delegação de execução de investimentos de expansão ou reabilitação do sistema municipal de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas, que se anexa como documento a esta ata e dela faz parte integrante.-----

Foi ainda deliberado submeter os documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

DERRAMA

PONTO 06 - Apreciação, discussão e votação da proposta de lançamento de derrama para o ano de 2019.-----

Foi apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, para efeitos de aprovação e submissão à Assembleia Municipal, a proposta de lançamento de derrama de 1,00% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para vigorar no ano de 2019. -----

Propôs ainda que os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000,00 euros sejam isentos de derrama, para vigorar também no ano de 2019, nos termos do art.º 14.º, da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar as propostas de derrama apresentadas de lançamento de derrama de 1,00% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para vigorar no ano de 2019 e sejam isentos de derrama os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000,00 euros, para vigorar também no ano de 2019, nos termos do art.º 14.º, da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro.-----

Foi ainda deliberado submeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS

PONTO 07 - Apreciação, discussão e votação da proposta de participação no IRS para 2019.-----

Foi apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, para efeitos de aprovação e submissão à Assembleia Municipal, a proposta de fixação em 3% da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município de Paredes de Coura, para vigorar no ano de 2019, nos termos do nº2 do art.º 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro. -----

“Foi deliberado, por unanimidade, aprovar, nos termos do nº2 do art.º 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, a proposta de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2019.-----

Foi ainda deliberado submeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal”.-----

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

PONTO 08 - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de IMI para 2019-----

Foi apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, para efeitos de aprovação e submissão à Assembleia Municipal, nos termos do CIMI, a proposta de fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,33% para os prédios urbanos, para vigorar no ano de 2019. -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

“Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2018, em 0,33% para os prédios urbanos, nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI). Foi ainda deliberado, submeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal”. -----

FIXAÇÃO DE TMDP

PONTO 09 - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da TMDP (taxa municipal de direitos de passagem), em 0,25% para o ano de 2019. -----

Considerando o disposto no art.º 106.º da lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), que estabelece, no seu número 2, na sua redação atual: “Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração prevista no Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais”, foi proposta a fixação, para o ano 2019, da TMDP (taxa municipal de direitos de passagem) em 0,25%. -----

“Foi deliberado por unanimidade, aprovar a proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem em 0,25%, para o ano 2018, a pagar pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo no concelho de Paredes de Coura.-----

Mais se deliberou submeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro”.-----